

CULTU  
RAL  
PATRIMÓNIO E  
PAISA  
GÍSTICO

POLÍTICAS, INTERVENÇÕES  
E REPRESENTAÇÕES

PAULO CARVALHO  
JOÃO LUÍS J. FERNANDES

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

## RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA, PATRIMONIALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVAS RURALIDADES<sup>13</sup>

### 1. Introdução

A estrutura do presente texto reflete duas preocupações fundamentais: a primeira, visa contextualizar no plano conceptual a temática das trajetórias e perspectivas de desenvolvimento dos territórios rurais, assim como pretende enfatizar o fenómeno da residência secundária e as suas relações com o processo de patrimonialização e a construção de novas ruralidades; a segunda, pretende articular este quadro teórico com as condições operativas de patrimonialização da paisagem rural, a partir da análise geográfica de três aldeias da Serra da Lousã (Cordilheira Central Portuguesa). Os resultados apresentados decorrem, em grande parte, da investigação realizada no segundo semestre de 2003, no âmbito da nossa dissertação de doutoramento em geografia.

### 2. Os territórios rurais: dinâmicas e perspectivas de desenvolvimento na fase pós-produtivista

A temática do desenvolvimento dos territórios rurais é hoje alvo de uma atenção múltipla e cruzada. Diversos documentos orientadores e normativos,

---

<sup>13</sup> Revisto e atualizado a partir do texto publicado nas *Atas do VI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais* (Universidade Internacional da Andaluzia/Associação Espanhola de Economia Agrária e Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Huelva, 2006, pp. 467-499).

produzidos à escala nacional e internacional<sup>14</sup>, refletem preocupações em relação às dinâmicas de desenvolvimento do mundo rural. O diagnóstico da situação permite identificar, em sentido geral, territórios caracterizados pelas suas fragilidades, desarticulações e fortes relações de dependência. Contudo, emergem novos desafios e oportunidades que permitem antever algumas mudanças e, talvez, perspectivas de desenvolvimento mais animadoras.

No caso da União Europeia, podemos dizer que os espaços rurais estão hoje menos vinculados à função tradicional de abastecedores de alimentos, convertendo-se em espaços multifuncionais. A atual fase pós-produtivista significa que para além de abastecer de produtos agrícolas a agricultura produz bens públicos, isto é, aparece comprometida com a manutenção da paisagem, a preservação do ambiente, a salvaguarda e a valorização do património e constitui um elemento fundamental no âmbito da gestão do território.

Esta nova forma de conceber a agricultura (e o mundo rural) transmite-se também ao desenho do novo tipo de medidas de apoio. Depois da ênfase atribuída aos mercados, produtos, exportações e armazenamento, ganham expressão medidas concretas relacionadas com a manutenção das superfícies, as boas práticas agrícolas, a reflorestação e a preservação da paisagem. Isto significa que a nova política para o mundo rural tem sido orientada para o desenvolvimento rural, com o objetivo de conciliar a dimensão agrícola/rural e ambiental, diversificar as atividades produtivas e definir novos objetivos para a agricultura em função da perspetiva de ordenamento rural (Puente Fernández, 2002).

As experiências LEADER I e II (anos 90) e a nova fase LEADER+ (2000-2006) são a expressão mais visível desta atmosfera de mudança que procura outorgar ao mundo rural um papel mais ativo na condução do seu próprio futuro. O carácter inovador do Programa prende-se com a sua programação e gestão territorializada, envolvendo grupos da ação local, que com base numa

---

<sup>14</sup> A título de exemplo, importa referir: “Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social” (Portugal, 1999); “Programa de Desenvolvimento Regional, 2000-2006” (Portugal, 1999); “Campanha Europeia para o mundo rural” (COE, 1988); “O Futuro do Mundo Rural” (CE, 1988); “Quel Avenir pour les Campagnes? Une Politique de Développement Rural” (OCDE, 1993); “Conferência sobre Desenvolvimento Rural – Declaração de Cork” (UE, 1996); “Agenda 2000” (UE, 1999); “2ª Conferência sobre o Desenvolvimento Rural – Salzburgo” (UE, 2003); “Construir o nosso futuro comum – desafios políticos e recursos orçamentais da União alargada, 2007-2013” (CE, 2004).

estratégia de desenvolvimento local, recebem, avaliam e apoiam propostas de candidatura, de agentes privados e públicos, em áreas como a diversificação das atividades económicas (destacando-se o turismo em espaço rural), os equipamentos sócio-culturais, a preservação e a valorização do(s) património(s), a promoção da imagem territorial. Portanto, o apoio reparte-se em ações de natureza material e imaterial.

Contudo, uma parte significativa destes objetivos é partilhada com outros programas como, por exemplo, os Programas Operacionais Regionais e o Programa AGRO (Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural), para referir o caso de Portugal (2000–2006). Esta situação sugere a necessidade de estabelecer uma demarcação de fronteiras entre as intervenções, de clarificar a coerência e complementaridade entre elas, e de cruzar os resultados da avaliação destas diferentes ferramentas para o desenvolvimento rural.

Por outro lado, a cooperação e o trabalho em rede constituem metodologias largamente elogiadas e referenciadas no âmbito da preparação de novas iniciativas de desenvolvimento. Assim acontece com a estratégia e programação do desenvolvimento rural, para o período 2007-2013, que pretende a integração de todas as medidas no âmbito de um instrumento único: o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural<sup>15</sup> (FEADER).

Ao mesmo tempo, podemos dizer que este quadro de políticas europeias para o desenvolvimento rural aparece relacionado nos últimos anos com a emergência de uma nova perspetiva de desenvolvimento europeu. A leitura das orientações políticas mais recentes das instituições europeias (como, por exemplo, a Estratégia Territorial Europeia) permite identificar duas grandes tendências: a crescente dimensão territorial das políticas europeias e o fomento da cooperação e da estrutura em rede como métodos de trabalho para o desenvolvimento territorial.

---

<sup>15</sup> A regulamentação deste instrumento, aprovada em junho de 2005, estabelece três objetivos para a política de desenvolvimento rural:

- Aumento da competitividade da agricultura e da silvicultura.
- Melhoria do ambiente e da paisagem rural.
- Promoção da qualidade de vida e da diversificação económica das áreas rurais.

Estes objetivos serão concretizados através de quatro eixos: três de natureza temática coincidentes com cada um dos referidos objetivos e um relativo à aplicação da abordagem LEADER no quadro dos programas de Desenvolvimento Rural. De igual modo, o FEADER determina a obrigatoriedade de cada Estado-membro estabelecer um Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural e um Programa Nacional ou um conjunto de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural (Rosa, 2005).

### 3. A emergência da residência secundária no âmbito dos novos usos e da valorização dos territórios rurais

100

Como acabámos de referir, as novas políticas e instrumentos para o desenvolvimento rural refletem uma nova forma de pensar e atuar sobre os territórios rurais. Depois da afirmação de uma conceção produtivista assumem relevo as perspetivas ambientalistas e territorialistas que apontam diferentes vias para o desenvolvimento do mundo rural (Moreno, 2002; Carvalho, 2005).

As atividades de turismo, recreio e lazer configuram, no plano teórico, propostas alternativas que podem gerar efeitos positivos se integradas em estratégias de desenvolvimento sustentado e orientadas para a dinamização territorial e revitalização do tecido económico e social das áreas de intervenção. A emergência destas atividades é indissociável de profundas mudanças no plano sócio-cultural, nomeadamente a extensão dos modelos culturais urbanos ao espaço rural e, de forma paralela, a revalorização dos modos de vida e das culturas rurais; a consciencialização dos cidadãos sobre a importância de conservar o ambiente e preservar a paisagem; a cada vez maior procura de natureza e espaços naturais (e culturais) por parte da sociedade de ócio que se generalizou nos países desenvolvidos.

A investigação realizada em Portugal tem privilegiado a componente turística, situação que decorre, entre outros motivos, do interesse (e do generoso apoio) público (nacional e comunitário) em relação ao setor turístico, em especial desde o final dos anos 80, com evidente influência no elevado crescimento do número de unidades (repartidas em diversos tipos) e da capacidade de alojamento instalada. A opinião recorrente da maioria dos autores sobre os resultados do turismo em espaço rural, embora reconhecendo a plasticidade e a maior abrangência do conceito, é a de que se trata de uma atividade muito seletiva, na ótica dos atores envolvidos e dos benefícios que é capaz de gerar como, por exemplo, a valorização patrimonial das estruturas edificadas, não respondendo de forma abrangente aos anseios da maioria da população rural (Joaquim, 1999; Cavaco, 2003; Ribeiro, 2003).

Por sua vez, a residência secundária, como fenómeno em expansão, suscita preocupações nomeadamente no que diz respeito às implicações paisagísticas nos territórios rurais em geral e nos mais periféricos em particular.

Na sequência de contributos conceptuais de diversos autores, como, por exemplo, Cravidão (1989), Caldeira (1995), Santos (1996) e Gallent e Tewdwr-Jones, (2000), entendemos que a residência secundária é uma alternativa de residência (fixa) de uma família, cujo domicílio principal está situado em outro lugar e que é usada essencialmente por membros dessa família para fins recreativos ou de lazer.

Gallent e Tewdwr-Jones (op. cit.), a respeito da origem e crescimento da residência secundária, dizem-nos que na Escandinávia e na América do Norte a tradição de possuir uma residência secundária (no sentido contemporâneo do termo) remonta aos anos 30 do século passado. Noutros países (como é o caso de grande parte da Europa Ocidental) é a partir de meados do século XX que se afirma o “sonho de ter uma residência secundária”, segundo a expressão de Martin (1972), citada pelos autores.

“Em Portugal só a partir dos anos setenta a segunda residência começa a adquirir significado relevante no território, principalmente ao longo do litoral. Embora, anteriormente, tenham surgido exemplos de segundas residências, estas, estão quase sempre ligadas à aristocracia e à alta burguesia adquirindo, por isso, uma difusão e um significado diferentes daqueles que hoje assumem” (Cravidão, op. cit.).

Conforme nota Ferreira (1999), “Tradicionalmente representativas em áreas periurbanas ou em espaços com forte atratividade turística/balnear, as residências secundárias tendem a transpor antigos limiares de acessibilidade, acompanhando a penetração viária para áreas mais recônditas, a afirmar novas motivações individuais/familiares e a suscitar novas escolhas geográficas (albufeiras, faixas costeiras inóspitas, serras e montanhas, aldeias históricas, montes alentejanos, etc.)”.

Cada vez mais é reconhecido que o crescimento do número de residências secundárias não é um fenómeno isolado, mas conectado com vários outros elementos relacionados com alterações sociais e macro-económicas, sendo por isso o seu entendimento fundamental para explicar o fenómeno. O incremento da mobilidade individual (acompanhada de elevadas taxas de propriedade automóvel individual e da melhoria de infraestruturas de acessibilidade a muitas áreas rurais), o aumento do rendimento disponível e a redução do tempo de trabalho (mais tempo de lazer) foram realidades, particularmente no período pós-2.<sup>a</sup> Grande Guerra. Estas tendências foram mais visíveis nas regiões mais ricas, com economias cada vez mais baseadas em novas indústrias e serviços financeiros. Tiveram menos importância nas regiões dependentes da economia tradicional, que se encontrava em declínio e que era

alicerçada na agricultura e na indústria extrativa. A expansão do fenómeno prende-se, igualmente, com a alteração da imagem das áreas rurais na segunda metade do século XX, quando, ao mesmo tempo, a população urbana interpretou essas áreas como localizações potenciais para uma grande diversidade de atividades, ao invés de simples produção alimentar, conforme advogam Butler, Hall e Jenkins (1998).

Nos últimos anos a literatura especializada sobre residência secundária tem salientado de forma crescente as consequências do fenómeno em termos de problemas e benefícios, com a escala local a merecer amplo destaque. O contexto territorial e sócio-económico é uma dimensão recorrente, tal como a análise de diferentes experiências e respostas à expansão da residência secundária, nomeadamente a utilização da via de planeamento territorial, como instrumento para restringir e disciplinar o fenómeno.

Algumas dimensões da residência secundária revelam-se de grande significado para analisar as implicações territoriais, nomeadamente a localização geográfica, o tipo de residência, a morfologia/tipologia de construção e a intervenção urbanística/arquitetónica. As ligações do proprietário ao lugar e à região, a frequência de utilização, o modo como aproveita o seu tempo livre e a forma como são utilizados os equipamentos e os serviços representam outros tópicos de análise e são indicadores importantes de avaliação do fenómeno. A escala e a “intensidade” da residência secundária e as condições antes da sua implantação e difusão são também elementos a considerar.

A aquisição de casas antigas, com a finalidade de reabilitação para serem utilizadas como residência secundária, é uma das opções que mais pode beneficiar os lugares pelo menos na perspetiva da salvaguarda (e valorização) do património construído. Em certos casos, as estruturas edificadas pré-existentes, abandonadas, carregadas de acontecimentos e histórias de vida e, portanto, portadoras de memórias e de uma matriz de identidade, ativas ou passivas, são apropriadas por populações que podem não ter qualquer ligação umbilical ou afetiva ao território. Ao invés de induzir edifícios novos, trata-se de um processo de recuperação de imóveis com o objetivo de adaptar e transformar em residência secundária. Como referimos, este cenário prefigura um caminho para a recuperação e a valorização das estruturas edificadas e do contexto dialético dos imóveis, e eventualmente um processo de ativação do património (patrimonialização), que ocorre em lugares por vezes abandonados e em estado de profunda ruína.

O carácter sazonal da residência secundária pode provocar importantes alterações demográficas, nomeadamente o aumento do número de população presente em época de férias e/ou aos fins de semana, de tal maneira que pode ser excedida a capacidade de resposta dos equipamentos e das infraestruturas locais, gerando-se graves situações de rotura, com dificuldades e prejuízos de qualidade de vida para as populações. De igual modo, é possível admitir contributos positivos para o aumento da população, em termos de habitantes permanentes, por via da transformação de residências secundárias em residências principais, em certa fase da vida dos seus utilizadores nomeadamente após a reforma (Santos, *op. cit.*). Contudo, em áreas rurais, dificilmente a residência secundária pode ser encarada como solução (condição suficiente) para o problema do abandono dessas áreas, por muito longas que sejam as estadas médias dos residentes secundários.

O eventual efeito positivo sobre a economia local manifesta-se em dois planos:

- O consumo de produtos relacionados com a estada, na modalidade de comércio diário (em especial o ramo alimentar) e a procura de serviços (como, por exemplo, restauração e outros relacionados com a manutenção da casa e dos espaços exteriores), embora dependente da “intensidade” da residência secundária e da existência de comércio e serviços aptos a responder.
- O mercado imobiliário, no âmbito da construção, reconstrução, recuperação e conservação de imóveis, e todos os serviços conexos desde os projetos (arquitetura, engenharia civil e outras especialidades), passando pela aquisição de materiais para as obras e a intervenção de diversos profissionais do setor (incluindo a mediação imobiliária).

Em áreas largamente dominadas por residências secundárias, em que a população permanente é muito reduzida ou quase inexistente, os efeitos far-se-ão sentir principalmente (e nalguns casos exclusivamente) em regiões diferentes das de acolhimento (Santos, *op. cit.*). Esta situação pode resultar do facto de o aglomerado ter sido constituído, desde a origem, predominantemente por residências secundárias, de que é exemplo S. Pedro de Moel (estância balnear do concelho da Marinha Grande, estudada pela citada autora), ou do despovoamento verificado



na sequência de fenómenos migratórios (internos e externos), como acontece nas aldeias de Casal Novo, Candal e Talasnal (Serra da Lousã) – que servem de caso de estudo neste artigo.

Em síntese, certos lugares transformam-se em áreas de lazer, onde a habitação de férias e fins de semana vai ganhando maior expressão espacial, gerando no território efeitos positivos, na medida em que proporcionam às populações locais novas atividades que lhes permitem melhorar as suas condições de vida e contribui para a preservação, ativação e valorização do património.

#### 4. Gênese e evolução da residência secundária nas aldeias serranas da Lousã e sua relação com a patrimonialização da paisagem, as novas vivências rurais e a renovação da imagem da montanha

##### 4.1 Breve retrato territorial da área de estudo e nota metodológica

A área de estudo está localizada na extremidade ocidental da Cordilheira Central Portuguesa. O domínio da montanha (figuras 1 e 2), o isolamento, a escassez de recursos, a falta de investimento e de interesse público, a erosão seletiva da população (atraída para destinos nacionais e internacionais, nomeadamente a região de Lisboa, o Brasil e os Estados Unidos da América, respetivamente) explicam a marginalização e o declínio destes micro-territórios, como aconteceu, em geral, no mundo rural português.

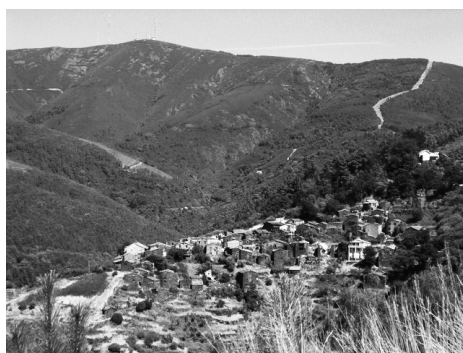


Figura 1 – Talasnal (Serra da Lousã, 2005)

Foto: Paulo Carvalho



Figura 2 – Candal (Serra da Lousã, 2005)

Foto: Paulo Carvalho

Se em 1940 (ano de registo do valor demográfico mais elevado) foram contabilizados quatro centenas de habitantes nas aldeias de Candal, Casal Novo e Talasnal, vinte anos depois esse valor caiu para quase metade, e em 1981 foram computados apenas 21 habitantes. Em 2001, o recenseamento da população assinala 2 residentes no Candal (tal como no Talasnal) e ausência de população permanente no Casal Novo (Carvalho, op. cit.).

O modelo funcional que dominou a montanha durante séculos, de matriz agrossilvo-pastoril, entrou em declínio irreversível. Desde meados dos meados dos anos 70, as aldeias serranas da Lousã são apropriadas por população urbana, no âmbito da neo-ruralidade e sobretudo da residência secundária, que criou refúgios, configurou novas ruralidades e patrimonializou a paisagem cultural serrana (pelo menos as estruturas edificadas). Esta trajetória de desenvolvimento reflete a transição de usos ou funções da montanha, no sentido de valorizar recursos não produtivos.

Uma vez que a dinâmica recente das aldeias serranas da Lousã é indissociável de diversos atores, configurando uma trilogia de ocupação dominada pela residência secundária, justifica-se a análise deste fenómeno nos lugares onde é mais relevante, como acontece em Candal, Casal Novo e Talasnal, com o intuito de compreender a sua relação com as trajetórias de desenvolvimento, a ativação do património construído e a renovação da imagem das aldeias (e da Serra da Lousã).

A metodologia adotada consistiu na realização de inquéritos por questionário e entrevistas aos proprietários de residências secundárias (ou de edifícios destinados a esse fim) nas referidas aldeias serranas. O número total de inquéritos realizados (118) representa 86,8% do número de proprietários com endereço conhecido (quadro 1).

Lugares	Prop.			Inquéritos			Prop.			Inquéritos		
	A	Nº	%	B	Nº	%	C	Nº	%	Total	Nº	%
Candal	33	30	90,1	18	13	72,2	2	1	50	53	44	83,0
Casal Novo	18	17	94,4	9	7	77,8	1	1	100	28	25	89,3
Talasnal	27	26	96,3	27	23	85,2	1	-	-	55	49	89,1
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>73</b>	<b>93,4</b>	<b>54</b>	<b>43</b>	<b>81,1</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>50</b>	<b>136</b>	<b>118</b>	<b>86,8</b>

Prop. – Proprietários

A – Casas recuperadas

B – Casas não recuperadas

C – Casas em recuperação

Quadro 1 – Inquéritos realizados nas aldeias serranas da Lousã (2003)

Fonte: Inquérito às Aldeias Serranas (2003)

O inquérito permitiu distinguir claramente três tipos de proprietário, de acordo com o estado de conservação e a utilização dos imóveis serranos: 1. proprietários com casa recuperada; 2. proprietários com casa por recuperar; 3. proprietários com casa em recuperação. A análise é conduzida a partir do conjunto de todos os proprietários e encaminhada aos proprietários de casas recuperadas (componente mais importante da amostra e da investigação), uma vez que estes últimos são os atores mais relevantes.

## 4.2 Caracterização dos proprietários/utilizadores

### 4.2.1 Nacionalidade

A nossa amostra é constituída por 113 indivíduos de nacionalidade portuguesa e por mais três cidadãos de nacionalidade alemã, brasileira e francesa, sendo estes últimos proprietários de casas no Casal Novo e no Talasnal.

#### 4.2.2 Residência principal

As 113 respostas obtidas (97.4% da nossa amostra) permitiram assinalar mais de três dezenas de municípios como domicílio principal<sup>16</sup>. Centros urbanos, como, por exemplo, Tavira, Reguengos de Monsaraz, Viseu, Oliveira de Azeméis ou Funchal ilustram bem essa diversidade. Contudo, é a faixa litoral de Setúbal até Matosinhos que “concentra” a parte mais importante da distribuição de frequências da variável.

Em termos globais destaca-se o município de Coimbra, onde residem 39 proprietários, portanto cerca de 35% do total de inquiridos – valor que ultrapassa 44% no caso do Talasnal. De igual modo, é elevado o número de proprietários residentes no concelho da Lousã, pouco mais de duas dezenas e meia, o que corresponde a quase 25% das respostas obtidas no inquérito – no que diz respeito ao Candal, esse indicador atinge cerca de 40%. Lisboa, com 11 respostas (9.7%), ocupa a terceira posição no *ranking* dos lugares de residência dos proprietários de imóveis nas aldeias serranas da Lousã. Estes três municípios correspondem ao domicílio de quase 80 inquiridos, isto é, perto de 70% do total apurado.

Em relação ao final dos anos 80, registam-se importantes alterações no domicílio dos proprietários de residência secundária nas aldeias de Casal Novo e Talasnal. Segundo Cravidão (op. cit.), 69% dos inquiridos residem na cidade de Coimbra. Uma década e meia depois, Coimbra regista 25.6% de respostas, portanto cai mais de quarenta pontos percentuais em relação a 1989. Lisboa regista uma ligeira subida (9.5%, em 1989; 12.8%, em 2003). O concelho da Lousã era, em 2003, o domicílio principal de 15.4% dos proprietários (apenas 4.8%, em 1989).

---

<sup>16</sup> A naturalidade dos inquiridos, importante para perceber a possível ligação às aldeias ou à serra, revela uma difusão espacial mais acentuada. As 112 respostas obtidas (96.6% da amostra) refletem a distribuição dos proprietários por cerca de quatro dezenas de concelhos do país. Lousã (27.7%), Coimbra (17.9%) e Lisboa (10.7%) destacam-se como os mais importantes. O município da Lousã assume maior destaque em relação aos inquiridos com casa no Candal (quase 50%, valor que sobe até aos 60% segundo as respostas dos proprietários de casa recuperada). Por sua vez, Coimbra é o município de naturalidade mais significativo no caso dos proprietários de imóveis no Casal Novo e no Talasnal, com 22 e 20%, respetivamente.

### 4.2.3 Estrutura etária

108

A leitura dos resultados, organizados em classes etárias, permite sublinhar a preponderância dos indivíduos com idade compreendida entre os 40 e os 49 anos (34.5%). As duas classes etárias superiores (50 a 59 anos, e 60 e mais anos) são igualmente muito significativas da distribuição dos valores da variável, pois cada uma delas representa quase 25% do total de respostas – no Candal, a classe igual ou superior a 60 anos foi assinalada em mais de 30% das respostas. Isto significa que 81.9% dos inquiridos apresentam idade igual ou superior a 40 anos. Os inquiridos com idade inferior a 40 anos (18.1%) encontram-se repartidos pelas classes de menos de 30 anos (2.6%) e de 30 a 39 anos (15.5%).

### 4.2.4 Habilitações académicas e estrutura sócio-profissional

Neste item, procuramos apresentar uma visão alargada da composição social dos residentes secundários (e dos proprietários de imóveis destinados a residência secundária, embora ainda não recuperados) das aldeias em estudo, através da leitura de dois indicadores: habilitações literárias e profissão.

A distribuição dos inquiridos segundo o nível de escolaridade revela a preponderância do ensino superior entre os proprietários de casas utilizadas ou a utilizar como residência secundária (Carvalho, op. cit.). Para o conjunto das aldeias serranas, 60% das respostas obtidas envolvem indivíduos habilitados com curso superior (bacharelato ou licenciatura). De entre estes últimos, cerca de 15% obtiveram o grau de mestre ou de doutor, em áreas tão diversas como engenharia física, jornalismo, literatura, medicina, direito e farmácia. O segundo patamar percentual corresponde ao ensino secundário, com pouco mais de 20% das respostas dos inquiridos. O ensino básico (englobando três ciclos) é assinalado em quase 20% dos inquiridos, sendo que no Candal corresponde ao nível de escolaridade de uma terça parte dos inquiridos com imóveis recuperados ou para recuperar.

Em relação aos elementos apresentados para Casal Novo e Talasnal, em 1989, por Cravidão (op. cit.), a situação em 2003 é marcada pela redução da percentagem de licenciados (de 78.6%, desceu para 65.0%) e de indivíduos com grau de instrução ao nível do ensino básico (19% em 1989; 7.5%, em 2003). Contudo, é

preciso referir a expressão do ensino secundário (“ausente” em 1989) que atinge, em 2003, 27,5% dos inquiridos.

Numa palavra, estávamos, como estamos ainda, em presença de uma população muito diferente daquela que habitou os lugares serranos da Lousã.

A estrutura sócio-profissional dos proprietários de imóveis na Serra é mais um argumento que corrobora a ideia de que se trata de um conjunto de indivíduos, na sua grande maioria, com um nível de rendimento económico elevado, certamente acima da média das famílias portuguesas, e “cujas relações com a montanha se inserem num quadro bem diferente daquele onde se inscrevia a população permanente” (Cravidão, *op. cit.*).

As respostas revelam a importância dos quadros superiores e dos profissionais liberais (27% do total), dos docentes (19,1%) e dos empresários e trabalhadores por conta própria (13,9%) (Carvalho, *op. cit.*). Reformados (14,8%), trabalhadores por conta de outrem (13%), funcionários públicos (dos serviços auxiliares e administrativos, com 7,8% do total), domésticas (3,5%) e um estudante (0,9%), completam o leque de respostas dos inquiridos.

### 4.3 Imóveis serranos: características e utilização

Ao contrário de muitos locais do país em que a residência secundária é responsável pelo forte aumento da população presente e de alojamentos (principalmente dos alojamentos sem famílias residentes), nas aldeias serranas da Lousã a dinâmica gerada pela residência secundária manifesta-se essencialmente na reconstrução de imóveis abandonados (e alguns muito degradados), em diversas situações acompanhada pela ampliação da área de construção através da ocupação de antigos logradouros e anexos rurais.

#### 4.3.1 Modo de obtenção e fatores de mediação

Em relação ao modo de obtenção dos imóveis utilizados ou a utilizar como residência secundária (Carvalho, *op. cit.*), as respostas dos inquiridos repartem-se entre aquisição (88,8%), herança (10,3%) e doação (0,9%). Importa sublinhar que

a herança tem algum significado no Candal, com cerca de 22.7% das respostas dos inquiridos, onde está relacionada com os laços de família, e/ou a residência (durante alguns anos) na aldeia.

Com o objetivo de identificar os fatores que mediaram a aquisição, incluímos no inquérito uma questão destinada aos proprietários que adquiriram imóveis na Serra, para utilizar como residência secundária. As respostas obtidas (Carvalho, op. cit.), englobando proprietários de imóveis recuperados, em recuperação e por recuperar, em número de 100 (86,2% da amostra), repartem-se, por ordem decrescente de importância relativa, da seguinte forma: amigos (36%); procura no local (24%); antigos proprietários/moradores (17%); familiares (11%); agência imobiliária/anúncio de venda (6%) e “outros motivos” (6%).

#### 4.3.2 Aquisição dos imóveis: origem e evolução

Questão fundamental para compreender as transformações paisagísticas das aldeias serranas, nas últimas três décadas, é a que diz respeito ao ritmo de aquisição dos imóveis para residência secundária nos três lugares em estudo.

As aldeias serranas da Lousã não têm tradição, enquanto lugares de recreio e de lazer. O isolamento das aldeias, as condições de vida muito difíceis e a pobreza material dificultaram uma eventual abertura das aldeias ao exterior, no sentido acima exposto. Apenas na segunda metade dos anos 70, com o culminar do ciclo de despovoamento e de abandono, e com o declínio do modelo sócio-económico que imperava na montanha, alguns lugares são reapropriados, essencialmente a partir do exterior, por uma população que diverge profundamente (em termos de origem, local de residência principal e condição sócio-económica), quando comparada com as comunidades serranas.

A leitura dos resultados, no que diz respeito a todos os proprietários inquiridos (figura 3), permite concluir que o processo de aquisição de imóveis para residência secundária é praticamente contínuo, entre 1977 e 2003. Nestes últimos 27 anos, as datas com maior número de respostas são 1980 (quase 10% do total), 1997 (7.8%), 1984 (7.8%) e 1985 (6.8%). O ano de 1997 (17.1%) é o mais importante entre as aquisições realizadas no Candal; 1984, com 16%, destaca-se como data de referência na repartição das aquisições no Casal Novo; 1980 é o ano com maior número de aquisições na aldeia do Talasnal (16.3% do total).

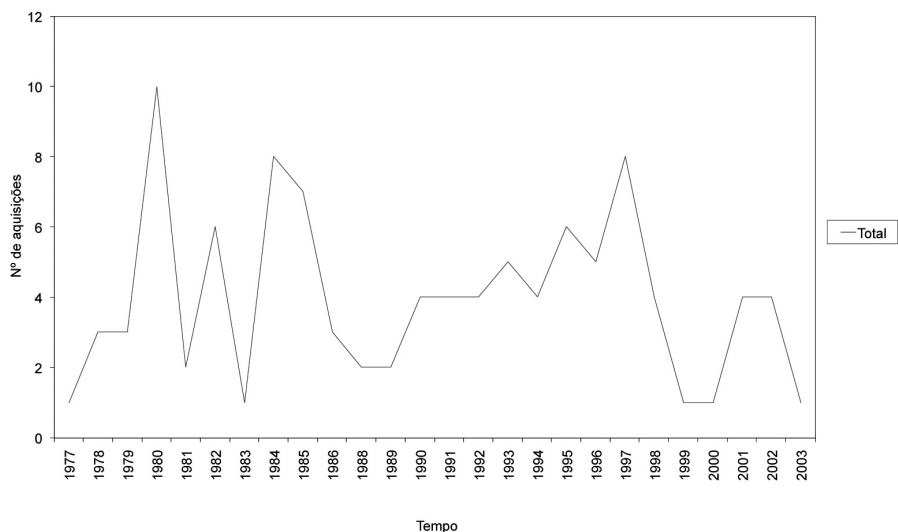


Figura 3 – Evolução da aquisição de casas para residência secundária nas aldeias serranas do Candal, Casal Novo e Talasnal

Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)

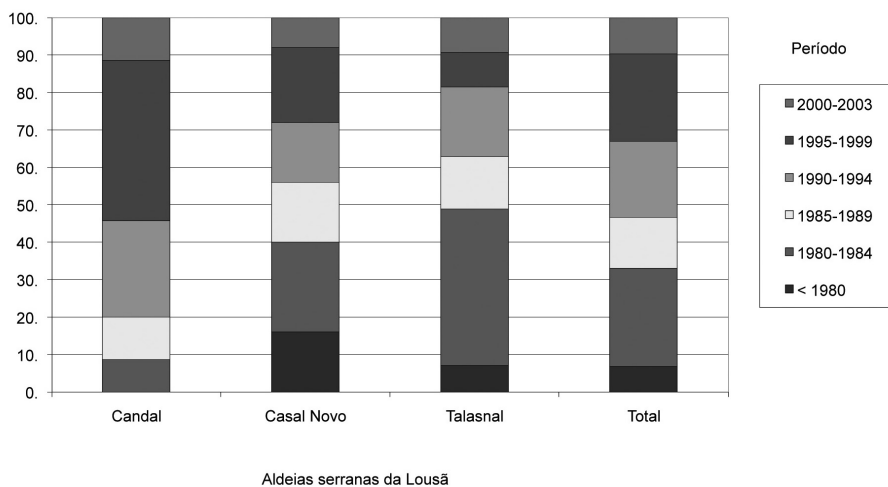


Figura 4 – Evolução da aquisição de casas para residência secundária, nas aldeias serranas do Candal, Casal Novo e Talasnal, por período

Fonte: Inquéritos às aldeias serranas (2003)



A figura 4 retrata a aquisição de casas nas aldeias serranas segundo períodos. Assim, é possível analisar com maior detalhe o ritmo de aquisição e constatar que os períodos de aquisição apresentam características diferenciadas. O primeiro elemento a destacar é o reduzido número de compra de casas no período anterior a 1980, apenas 6.8%, tendo presente que a primeira aquisição foi realizada em 1977. É oportuno recordar que, em Portugal, é no final dos anos 70, com a melhoria das condições económicas, dos transportes e das acessibilidades, que se começa a afirmar a aquisição de alojamentos para residência secundária. Nas aldeias serranas da Lousã, os períodos de aquisição mais importantes situam-se entre 1980-1984 (26.2%), 1995-1999 (23.3%) e 1990-1994 (20.4%). Isto quer dizer que o período de 1977 até 1989 representa 46.6% do total; a compra de imóveis desde 1990 corresponde a 53.4% do total. Os últimos quatro anos representam menos de 10% do total.

Podemos observar a dinâmica do processo em cada uma das aldeias (figura 4) e identificar os períodos de maior aquisição:

- No Casal Novo, o período de maior expansão do fenómeno corresponde ao início dos anos 80 (1980-1984) e ao final dos anos 90 (1995-1999), com 24 e 20% do total apurado, respetivamente.
- No Talasnal, a maior intensidade de aquisição de alojamentos destinados a residência secundária ocorre na primeira metade dos anos 80 (41.9%).
- No Candal, a aquisição de alojamentos é mais tardia, com início cerca de 1980, e com pouco significado (20%) até ao início da década seguinte. Os anos 90 marcam o período mais expressivo de aquisição de casas para residência secundária, com quase 70% do total, de modo mais intenso nos anos de 1995 a 1999 (42.9%).

#### 4.3.3 Recuperação dos imóveis: o tempo, o modo e as alterações arquitetónicas e funcionais

Em relação ao ano de recuperação das casas (Carvalho, op. cit.), a análise dos resultados, organizados segundo épocas, revela a grande importância do

período entre 1995 e 1999, com quase 30% das respostas obtidas, portanto, o mais dinâmico, e ainda o peso considerável dos anos de 1985 a 1989, 1990 a 1994 e 2000 a 2003 (cada um destes períodos com 18.6% do total apurado). Podemos ainda dizer que os últimos 19 anos correspondem a 85% das operações de recuperação de imóveis nas aldeias serranas e que no período anterior a 1980 foram recuperadas apenas três casas (4.3% do total apurado).

A leitura por aldeia permite destacar a antiguidade do “fenómeno” no Casal Novo (cerca de 53% das casas foram recuperadas até 1989) e no Talasnal (aproximadamente 38% de imóveis recuperados até 1989), relativamente ao Candal (onde esse período representa apenas 20,7% do total). Nesta última aldeia, o período mais dinâmico de recuperação de imóveis para residência secundária coincide com os anos de 1995 a 1999 (40% do total apurado).

O cruzamento das duas variáveis, considerando as datas assinaladas pelos inquiridos, permitiu concluir que apenas 15 proprietários (24.2%) recuperaram a sua casa no ano de aquisição (Carvalho, op. cit.). Os restantes (75.8%) levaram mais de quatro anos (em média) para realizar os trabalhos de recuperação, situação que resulta, em grande parte, das dificuldades de acesso aos lugares e no interior destes. Contudo, também podemos dizer que perto de duas dezenas e meia de titulares (37.1% do total apurado) realizaram as obras de recuperação dos seus imóveis nos dois anos seguintes à data de aquisição.

Também quisemos saber como decorreu o processo de recuperação das antigas habitações serranas transformadas em residência secundária (Carvalho, op. cit.). Quase 40% dos inquiridos referem ter realizado as obras de recuperação da casa através de administração direta. Cerca de 25% dos inquiridos afirmam ter empreitado as obras, mediante contrato de prestação de serviços com um profissional ou uma empresa do setor. Trata-se de proprietários residentes em áreas mais afastadas das aldeias serranas, bem como de outros que não tiveram disponibilidade de tempo para coordenar e acompanhar de perto a realização dos trabalhos, requisitos inerentes ao processo de administração direta. Um pouco superior a 12% é a percentagem de proprietários de residência secundária que declara ter participado nos trabalhos de recuperação das casas. Esta última componente, associada ao método de administração direta, foi responsável por 25% dos imóveis recuperados nas aldeias serranas em estudo, segundo as respostas dos inquiridos.

Por outro lado, a recuperação das casas nas aldeias serranas, respondendo às novas funções, origina transformações significativas, sobretudo a nível do interior: número e tipo de divisões, materiais de estrutura e de acabamento, entre os mais importantes. As transformações interiores configuram o aproveitamento máximo do espaço construído, e esse objetivo implica a utilização de todos os pisos da habitação, incluindo as antigas lojas e os currais para o gado.

As casas adquiridas pelos novos proprietários estavam, na sua esmagadora maioria, em mau ou em sofrível estado de conservação (nomeadamente no que diz respeito às coberturas, soalhos e tetos), e no plano da arquitetura de interiores eram caracterizadas por divisões muito pequenas e pouco marcadas, por vezes quase informais, e praticamente sem instalações sanitárias, água canalizada e eletricidade.

No plano exterior as alterações mais significativas das intervenções nas casas serranas prendem-se com a introdução de portadas de madeira que pretendem resguardar as janelas (em alguns casos aparecem grades de ferro com a mesma função), massas de cimento a ligar o aparelho de xisto e certos elementos arquitetónicos como varandas e telheiros que nem sempre resultam (seja pela escala de execução seja pelos materiais utilizados). De igual modo, as pequenas áreas de logradouro<sup>17</sup> são aproveitadas servindo os objetivos de criar espaços de convívio e fruir a paisagem.

#### 4.3.4 Utilização e função

A frequência de utilização da residência secundária é um importante indicador do envolvimento do proprietário e da sua família com o lugar e os territórios serranos, segundo a disponibilidade de tempo livre e o leque de opções (atividades e lugares).

---

<sup>17</sup> Quase 71% dos inquiridos afirmam ter logradouro nas suas casas serranas. O escalonamento das áreas dos logradouros permite concluir que 43,9% das respostas configuram logradouros com área até 25 m<sup>2</sup> (situação mais evidente no Talasnal, com cerca de 70% das respostas). Por outro lado, registamos um certo paralelismo da área dos logradouros com a área das casas, deduzido a partir do número de divisões: 4.05 divisões/fogo, no caso dos imóveis recuperados, embora traduzindo variações internas (Casal Novo, 4.93; Candal, 4.14; Talasnal, 3.30 divisões/fogo).

Cerca de 60% dos inquiridos com casa recuperada afirmam utilizar a habitação na Serra, ao longo de todo o ano, embora em especial aos fins de semana. A utilização apenas durante o verão é assinalada por 26.5% dos inquiridos, tal como as épocas festivas ou férias escolares, aproveitadas por 7.4% dos residentes secundários para passar alguns dias nas aldeias serranas da Lousã (Carvalho, *op. cit.*).

O número de dias por ano reflete uma imagem do tempo que os residentes secundários permanecem nas aldeias serranas. As respostas repartem-se no intervalo de variação de 3 a 120 dias durante o ano. A média situa-se em 41.3 dias/ano, retratando o comportamento da variável em cada aldeia: 33.2 (Casal Novo), 34.3 (Talasnal) e 50.8 dias/ano (Candal). A explicação para o facto de no Candal se utilizarem as residências secundárias durante mais tempo decorre sobretudo do contributo de antigos moradores na aldeia.

No Casal Novo e no Talasnal, verificamos uma menor utilização das residências secundárias, de acordo com os resultados da investigação de Fernanda Cravidão (*op. cit.*). Em 2003, segundo as respostas dos inquiridos, a média situa-se em 33.9 dias/ano. No final dos anos 80, os residentes secundários utilizavam a casa nas aldeias serranas mais de 40 dias por ano (exatamente 42.2 dias).

Como sabemos que a distância em relação ao domicílio principal é um importante regulador do tempo de utilização da residência secundária, procurámos relacionar o número de dias que cada “residente secundário” passa na Serra com a localização da sua residência habitual (Carvalho, *op. cit.*). Assim, no Casal Novo os residentes secundários que utilizam a sua casa na Serra menos dias por ano (mais concretamente até 20 dias/ano) estão ligados a domicílios mais afastados: Vila do Conde, Setúbal, Santa Maria da Feira e Lisboa, que perfazem mais de 60% do total apurado. No Talasnal, verificamos uma situação semelhante: a utilização de casa na Serra até 20 dias/ano envolve 62% dos proprietários, domiciliados em concelhos como Aveiro, Matosinhos, Lisboa e Funchal.

Por outro lado, foi nosso objetivo investigar a existência de outra residência secundária e relacionar a localização, o ano de aquisição e alguma indicação sobre a frequência de utilização, com a situação e a utilização das casas nas aldeias serranas. Os resultados do inquérito mostram que mais de quatro dezenas de proprietários de imóveis na Serra são igualmente proprietários de outra residência secundária, com maior incidência por parte dos inquiridos do Casal

Novo (52%) e menor expressão no caso dos proprietários na aldeia do Candal (30.2%). No total são cerca de três dezenas de municípios, distribuídos (de forma irregular) pelo Continente e pela Região Autónoma da Madeira.

Para Casal Novo e Talasnal, em 1989, segundo os resultados da investigação realizada por Cravidão (op. cit.), podemos inferir que 26.2% dos inquiridos (com casa recuperada) utilizavam outra residência secundária. Na última década e meia, verificamos o crescimento do número de proprietários (atingindo 40%, em 2003), com mais de uma residência secundária, assim como o alargamento da sua distribuição geográfica, ganhando mais áreas no litoral e no interior.

Relativamente ao ano de aquisição das outras residências secundárias, foi possível organizar a distribuição das respostas segundo períodos: 1995–1999 (39.5%); 2000–2003 (26.3%); 1990–1994 (13.2%); 1980–1984 (10.5%); 1985–1989 (5.3%) e o período anterior a 1980 (5.3%) – (Carvalho, op. cit.).

O cruzamento desta variável com a data de aquisição de casa nas aldeias serranas, permite afirmar que a aquisição de imóveis nas aldeias serranas é, na maior parte dos casos, anterior ao processo de aquisição da “segunda” residência secundária (Carvalho, op. cit.). Para pouco mais de 25% dos proprietários, a compra de casa para utilizar nos tempos livres ocorreu primeiramente em outro local.

Todavia, a propósito da influência da outra residência de lazer sobre o tempo de utilização da casa na Serra, verificamos que os titulares de outra residência secundária passam na Serra menos dias por ano: Candal (27.5), Talasnal (32.7) e Casal Novo (37.7), em relação aos proprietários/utilizadores que não têm outra residência de lazer: Candal (55.6), Casal Novo (40.1) e Talasnal (35.0). O valor médio relativo a cada uma destas situações sobe de 32.2 dias/ano para 46 dias/ano (Carvalho, op. cit.).

No que diz respeito ao(s) motivo(s) para a aquisição de casa na Serra, considerando todos os proprietários de imóveis (recuperados, em recuperação e por recuperar), destaca-se, com um terço do número de respostas obtidas, a opção “descanso” (Carvalho, op. cit.). A “ocupação dos tempos livres” é referida em quase 15% das respostas e as duas modalidades em conjunto representam 16.7% do total. Estas duas opções, consideradas de forma isolada ou combinadas, perfazem pelo menos dois terços das respostas dos inquiridos – e dizemos “pelo menos”, pois a modalidade “outros; várias combinações”, a segunda mais importante (com 23.5%), acrescenta algo a esse valor – o que se compreende,

uma vez que a função da residência secundária está fortemente ligada às razões que levaram esta população a adquiri-la.

Questão relacionada com a anterior é aquela que diz respeito ao modo como os “residentes secundários” ocupam os tempos livres na Serra. “Convívio, passeios pedestres e leitura” é a opção que recebe maior número de respostas, uma vez que corresponde a quase 30% do total apurado (Carvalho, op. cit.). Os passeios a pé são assinalados por 20% dos residentes secundários. As atividades de arranjo/manutenção da casa e do quintal (quando existe) ocupam cerca de 11.6% dos residentes secundários, valor muito semelhante ao da participação dos proprietários nos trabalhos de recuperação da casa (12.7%). Os “passeios a pé e a manutenção da casa” têm igual peso no total apurado, tal como a “leitura e a audição de música”. Apesar de admitirmos, em teoria, a ligação entre os hábitos de lazer e a estrutura sócio-profissional, não conseguimos vislumbrar, na investigação, nexos claramente diferenciados entre eles.

#### 4.4 Problemas, potencialidades e imagens simbólicas: das aldeias à montanha

Para compreender a relação dos proprietários de imóveis, com a aldeia que escolheram para passar alguns dias por ano, ou onde pretendem passar algum do seu tempo livre, e com a montanha, foi nosso objetivo recolher a sua opinião sobre os problemas, as potencialidades, as imagens mais marcantes, os “espaços” mais importantes da aldeia, bem como averiguar os motivos que os levaram a escolher as aldeias serranas da Lousã.

##### 4.4.1 Problemas: a expressão do abandono e do isolamento

A resposta mais frequente dos inquiridos, a respeito dos principais problemas que afetam as aldeias serranas, com 36.1% do total apurado, envolve “acessos; insegurança; incêndios; infraestruturas”. Trata-se, pois, de um conjunto de problemas estruturais, que são assinalados também de forma individual: acessos (13%); insegurança (8.3%); infraestruturas básicas (3.7%). O abandono e a degradação das

aldeias são referidos igualmente por quase 15% dos inquiridos, como problemas relevantes das aldeias serranas da Lousã. Com 24.1% do total apurado, surge a resposta “outros; várias combinações” que corresponde a diversas dificuldades (Carvalho, op. cit.).

#### 4.4.2 Potencialidades: as singularidades da montanha

No que diz respeito às principais potencialidades das aldeias serranas, as respostas, segundo a sua ordem de importância, remetem para os seguintes domínios: ecoturismo (28.9%); “ambiente saudável” (21.6%); turismo (15.5%); “outros; várias combinações” (14.4%); tempos livres (11.3%); paisagem e/ou património (8.2%). Assim, a componente turística recolhe quase metade das opiniões expressas. Contudo, pensamos que envolve, na perspetiva dos inquiridos, algumas dimensões dos tempos livres – que aparecem de forma individual em mais de 10% das respostas apuradas (Carvalho, op. cit.).

Numa palavra, lemos nas respostas dos inquiridos a identificação ou a confirmação de novas funções para a montanha, centradas no aproveitamento das suas características mais originais e valorizadas pela atual sociedade de consumo e de lazer. O património e a paisagem, o “ambiente saudável” (água, silêncio, verde...) são atributos de referência para os tempos livres e a residência secundária, como podem ser âncoras para pequenos projetos de alojamento e animação turística, desde que enquadrados e sem ultrapassar a “capacidade de carga” da paisagem. Trata-se, igualmente, de recursos vitais para as novas estratégias de educação e interpretação patrimonial, como aquelas que interessa estruturar, servindo os objetivos de identificar, investigar, dar a conhecer, aproximar (e envolver) esse património da (e com a) população.

#### 4.4.3 Imagens relevantes: o casario de xisto e a paisagem cultural serrana (âncoras de uma memória reconstruída e de uma ruralidade recriada)

A pergunta “Que imagem ou imagens melhor identifica(m) as aldeias serranas?” tem subjacente a identificação de símbolos marcantes das aldeias, segundo

a percepção dos inquiridos (Carvalho, op. cit.). Tal como as últimas duas questões, a aldeia é uma espécie de janela de observação do conjunto que configura a Serra.

O casario de xisto é a imagem mais importante para os inquiridos, com 35.6% das respostas. A paisagem natural e cultural, segundo diversas componentes (aldeias, vegetação, socalcos e linhas de água), é a segunda resposta mais assinalada, com cerca de 21% do total apurado. Isolamento, refúgio, tranquilidade e (re)encontro com a natureza recolhem 14.9% e 9.9% das preferências, respetivamente. Outras respostas (ancestralidade, rusticidade, ruralidade, viagem no tempo, silêncio, a escadaria da aldeia, desertificação) e diversas combinações representam 13.9%. Beleza (rústica, natural), harmonia e grandiosidade (5.0%) completam a listagem de termos assinalados pelos inquiridos. Portanto, os atributos positivos dominam claramente o espectro das respostas, sem que os grandes problemas identificados anteriormente transpareçam e assumam expressão de relevo neste item. Existe, pois, uma espécie de filtro a partir do qual cada inquirido retém os elementos estruturantes da imagem das aldeias, aqueles mais marcantes, porventura os mais idílicos do quadro serrano.

## 5. Conclusão

A reconversão e a reorientação funcionais do mundo rural são indissociáveis da emergência de um novo sistema social de valores, por sua vez relacionado com a população urbana e a utilização dos tempos livres.

A residência secundária insere-se no quadro das novas procuras sociais dos territórios rurais. Trata-se de um fenómeno em expansão, impulsionado por profundas mudanças sociais, económicas e culturais, e pela alteração da imagem das áreas rurais, que tem suscitado novas escolhas geográficas.

Apesar das inúmeras dificuldades que pode causar ao ordenamento do território, em especial em áreas de elevada atratividade, a residência secundária aparece igualmente, em certos casos, associada a dinâmicas territoriais de preservação e valorização de recursos, nomeadamente o património e a paisagem, bem como configura novas formas de ruralidade. Assim acontece nas aldeias serranas da Lousã que foram objeto deste estudo.



Com efeito, Casal Novo, Candal e Talasnal exemplificam a patrimonialização de paisagens culturais (de matriz rural e vernacular), a partir da reabilitação de antigas estruturas edificadas (abandonadas), processo espontâneo, sem apoio público, iniciado em meados dos anos 70 e em particular relacionado com a residência secundária. Trata-se, então, de uma relação positiva entre a residência secundária e o património cultural edificado, que estruturou uma nova trajetória e abriu perspectivas inovadoras de desenvolvimento. A casa de xisto, reabilitada, também no âmbito da fixação de alguns neo-rurais, é o símbolo mais expressivo do processo de patrimonialização e uma das componentes mais ativas da renovação da imagem da Serra da Lousã.

O recente interesse público, no âmbito do Programa das Aldeias do Xisto (da Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior, 2000-2006), manifesta-se, essencialmente, através de incentivos financeiros dirigidos à recuperação de fachadas e coberturas, requalificação de espaços públicos, instalação de mobiliário urbano e infraestruturização com redes básicas, que sustenta uma rede de sítios de interesse turístico (CCDRC, 2003).

O Programa, envolvendo quase duas dezenas e meia de lugares de montanha (das sub-regiões do Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Cova da Beira e Beira Interior Sul), sugere alguns desafios que são, ao mesmo tempo, objetivos importantes que apelam a novas tarefas de investigação, nomeadamente: avaliar a participação dos diversos atores territoriais, em particular no âmbito das iniciativas de requalificação e infraestruturização dos lugares (neste momento, em fase de conclusão); compreender a lógica e discutir os resultados (a alcançar) da etapa de promoção e animação dos lugares serranos; analisar a (des)articulação entre diferenças medidas e ações de apoio, em diversos domínios, que se cruzam na montanha.

De igual modo, importa definir linhas orientadoras e estruturar novas propostas de ação, respondendo às dificuldades que persistem, no sentido de garantir a continuidade dos investimentos e das dinâmicas instaladas, e evitar o problema que decorre da falta de horizontes de sustentabilidade que marca algumas iniciativas deste tipo.

## Bibliografia

- Alvergne, C. & Taulelle, F. 2002, *Du local à l'Europe. Les nouvelles politiques d'aménagement du territoire*, PUF, Paris.
- Ashworth, G. & Graham, B. 2005, *Senses of Place: Senses of Time* (Col. Heritage, Culture and Identity), Ashgate, Aldershot.
- Butler, R.; Hall, C. & Jenkins, J. 1998, *Tourism and recreation in rural areas*, John Wiley & Sons, Chichester.
- Caldeira, M. J. 1995, *Residência secundária na área metropolitana de Lisboa. Outros espaços, outras vivências*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local. Lisboa.
- Carvalho, Paulo 2005, *Património Cultural e Trajetórias de Desenvolvimento em Áreas de Montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- Cavaco, C. 2003, "Ambiente e usos do território: reflexões incómodas", in *Portugal Chão*, org. J. Portela e J. C. Caldas, Celta Editora, Lisboa, pp. 189-198.
- CCDRC 2003, *Aldeias do Xisto. Afirmar uma Identidade* (Revista de acompanhamento do Programa das Aldeias do Xisto da AIBT do Pinhal Interior do Programa Operacional da Região Centro), Coimbra, 1.
- Cravidão, F. 1989, *Residência secundária e espaço rural: duas aldeias na Serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal* (Col. Estudos, nº 10), Faculdade de Letras, Coimbra.
- Ferreira, C. 1999, "Reencontros com o mundo rural: dos lazeres turísticos à fixação de "novos e velhos" residentes", in *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, coord. C. Cavaco, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 313-318.
- Gallent, N. & Tewdwr-Jones, M. 2000, *Rural Second Homes in Europe. Examining housing supply and planning control*, Ashgate, Aldershot.
- Joaquim, G. 1999, "Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?", in *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, coord. C. Cavaco, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 305-312.
- Moreno, L. 2002, *Desenvolvimento local em meio rural: caminhos e caminbantes*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Plaza Gutiérrez, J. I., González, J. R. e Farinos Dasi, J. 2003, "Nueva cultura y gobierno del territorio en Europa", *Ería*, 61, pp. 211-227.
- Puente Fernández, L. 2002, "El paisaje agrário en el discurso territorial de la PAC y en la ordenación de los espacios rurales", in *Atas del XI Coloquio de Geografía Rural*, Universidad de Cantabria, Santander, pp. 234-242.
- Ribeiro, Manuela 2003, "Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal", in *Portugal Chão*, org. J. Portela e J. C. Caldas, Celta Editora, Lisboa, pp. 199-215.
- Rosa, M. 2005, "Estratégia e programação do desenvolvimento rural 2007-2013", in *Pessoas e Lugares* (Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, II Série, 31, pp. 3.
- Santos, M. G. 1996, *A residência secundária no âmbito da geografia dos tempos livres. Análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira*, Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra.